

Direito da Proteção de Dados Pessoais

Projeto de Intervenção Pedagógica

Formador: Bruno Reis

Entidade Formadora: Competir Açores



ENTIDADE
FORMADORA
CERTIFICADA
DREQP

Índice

Enquadramento	2
Objetivos.....	3
Objetivos Gerais	3
Objetivos Específicos	3
Descrição da Formação	4
Designação da Ação de Formação.....	4
Duração.....	4
Local de Realização.....	4
Público-alvo (Perfil de entrada/Pré-requisitos)	4
Equipa pedagógica:.....	4
Cronograma/Horário.....	4
Recursos Didáticos	5
Plataformas colaborativas.....	5
Avaliação	5
Metodologias e Estratégias Pedagógicas	5
Conteúdos	6
Bibliografia.....	9

Enquadramento

O tratamento de dados pessoais em larga escala constitui um dos negócios mais lucrativos do século XXI, existindo muitos que defendem que os *dados pessoais são o novo petróleo*.

De facto, as grandes empresas multinacionais da sociedade da informação (*Google, Facebook, etc.*) assentam muito da sua atividade na coleta de informações pessoais de todos nós, para depois as usarem no fornecimento de serviços ou na disponibilização de publicidade direcionada. A título exemplificativo, para que se possa compreender a escala deste novo modelo de negócio, o *Facebook* obteve, em 2017, 15 mil milhões de dólares em lucro¹.

Estes tratamentos de dados em grande escala, aliados a um quadro regulatório disperso e desatualizado baseado na Diretiva dos Dados Pessoais², que datava de 1995. Nesse sentido ocorre uma necessidade de alterar a legislação aplicável, o que deu origem ao Regulamento Geral de Proteção de Dados Pessoais³ (RGPD).

Ora, o RGPD oferece inúmeras alterações que afetarão os direitos dos particulares e as obrigações dos responsáveis pelo tratamento de dados, havendo inclusive uma mudança de *cultura*, numa lógica de *privacy by design* na qual se atribui aos responsáveis pelo tratamento a incumbência de se autorregularem, sob pena lhes serem aplicadas coimas elevadíssimos.

Assim, é de todo o interesse que os operadores no mercado estejam preparados e se contextualizem dos direitos e obrigações que o direito da proteção de dados pessoais impõe, o que justifica ações de formação neste contexto.

¹ Vide <https://www.statista.com/statistics/277229/facebook-annual-revenue-and-net-income/>

² Directiva 95/46/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 24 de Outubro de 1995.

³ Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho de 27 de abril de 2016.

Objetivos

Objetivos Gerais

- a) Desenvolver os conceitos básicos do direito da proteção de dados pessoais;
- b) Conhecer o Regulamento Geral de Proteção de Dados Pessoais, e de que forma o mesmo se aplica em Portugal;
- c) Reconhecer as fontes do direito da proteção de dados pessoais;
- d) Saber quais os direitos dos titulares dos dados;
- e) Conhecer a principal terminologia e conceitos essenciais;

Objetivos Específicos

No final da formação os formandos deverão ser capazes de:

- a) Descrever o que é o RGPD, incluindo o âmbito de aplicação pessoal, territorial;
- b) Distinguir as diferentes fontes de direito da proteção de dados pessoais;
- c) Mencionar outros direitos e interesses legítimos relacionados com a proteção de dados pessoais;
- d) Definir dados pessoais, e tratamento dados pessoais;
- e) Identificar os responsáveis pelo tratamento e subcontratantes;
- f) Enunciar e descrever os princípios do direito europeu da proteção de dados;
- g) Escolher a correta base de licitude para cada tratamento de dados;
- h) Expor as regras aplicáveis à segurança dos dados;
- i) Apontar os direitos dos titulares dos dados, descrevendo-os.
- j) Identificar os meios que os titulares de dados podem usar para defender os seus interesses;
- k) Enumerar as autoridades de supervisão;
- l) Selecionar a informação relevante dos sítios *online* do CEDP e da CNPD;

Descrição da Formação

Designação da Ação de Formação

Direito da Proteção de Dados Pessoais

Duração

40 horas.

Local de Realização

Sala de formação da Competir Açores

Público-alvo (Perfil de entrada/Pré-requisitos)

Juristas e não juristas que necessitem de lidar com o direito da proteção de dados pessoais em contexto profissional, ou qualquer outro interessado, desde que com idade igual ou superior a 18 anos.

Pré-requisitos:

- Conhecimentos de informática na ótica do utilizador, para consulta dos elementos *online* disponibilizados pelo formador;
- Inglês nível A2, ou equivalente, dado que serão fornecidos elementos de estudo na língua inglesa;

Equipa pedagógica:

Bruno Reis

Cronograma/Horário

A ação de formação ocorrerá em horário pós-laboral, 4 horas por dia, de segunda a sexta-feira. Prevê-se que a formação decorra entre 10 e 21 de dezembro de 2019.

Recursos Didáticos

- Computador;
- Projetor;
- Apontador;
- 1 cópia, por formando, do Regulamento Geral de Proteção de Dados Pessoais;
- 1 cópia, por formando, do livro *Handbook on European data protection law – 2018 edition* (referência na bibliografia);

Plataformas colaborativas

Moodle – O módulo 1 encontra-se desenvolvido na plataforma *moodle* da Competir Açores.

Avaliação

Do formador e da Ação de formação: A realizar no fim da ação de formação (Anexo 1)

Do formando: Através de teste sumativo a realizar no fim da formação (Anexo 2)

Metodologias e Estratégias Pedagógicas	
Método expositivo	Serão explicados os conteúdos aos formandos, procurando-se transmitir as informações de forma rigorosa, clara e, sobretudo, completa aos formandos.
Método interrogativo	Durante a formação haverá a preocupação de questionar os formandos acerca dos assuntos que forem sendo discutidos, mantendo um diálogo interativo, em permanência.
Método demonstrativo	Será ensinado aos formandos a forma como deverão aceder às plataformas das entidades de supervisão de dados, por forma a conseguirem retirar de lá as orientações relativas ao tema da formação.
Método ativo	Ao longo da formação serão dados aos formandos casos práticos para resolução com base na legislação aplicável, cuja correção e discussão será feita em sessão.

Conteúdos

Módulo	Duração	Datas
0. <u>Apresentação</u>	2 horas	10/12
1. <u>Introdução ao Direito da Proteção de Dados Pessoais</u> ⁴	6 horas	10/12 a 11/12
1.1. Regulamento Geral de Proteção de Dados Pessoais: Contextualização, âmbito de aplicação pessoal e territorial e conceitos essenciais;		10/12
1.2. As fontes do Direito da Proteção de Dados Pessoais e evolução histórica: Enquadramento legal internacional, a Convenção Europeia dos Direitos do Homem, a Convenção 108 do Conselho de Europa e o Direito da União Europeia de dados pessoais;		11/12
1.3. Interação com outros direitos e interesses legítimos;		
2. <u>Terminologia do Direito da Proteção de Dados;</u>	4 horas	12/12
2.1. Conceito de dados pessoais: principais aspetos e categorias especiais de dados pessoais;		
2.2. Conceito de tratamento de dados: tratamentos automatizados e não automatizados;		
2.3. Conceito de responsável pelo tratamento e subcontratante;		
2.4. Conceito de recetores de dados e terceiros;		
3. <u>Princípios do Direito Europeu da Proteção de Dados</u>	8 horas	13/12 a 14/12
3.1. Tratamento lícito, justo e transparente;		13/12
3.2. Tratamento limitado ao fim inicial;		
3.3. Tratamento transparente;		
3.4. Minimização da coleta de dados;		

⁴ Este módulo encontra-se desenvolvido na plataforma *Moodle* da Competir Açores, disponível em www.competiacores.com/moodle.



3.5. Correção dos dados;		14/12
3.6. Limitação do armazenamento;		
3.7. Segurança dos dados;		
3.8. Responsabilidade;		
4. <u>Assegurar a <i>Compliance</i> no tratamento de dados</u>	8 horas	17/12 a 18/12
4.1. Bases de licitude para o tratamento de dados;		17/12
4.2. Tratamento de categorias especiais de dados especiais;		
4.3. Segurança dos dados: regras gerais;		
4.4. Confidencialidade;		
4.5. Notificações de violações de dados;		18/12
4.6. Encarregado de Proteção de dados;		
4.7. Registos das atividades de tratamento;		
4.8. Avaliação de impacto no tratamento de dados e consulta prévia;		
4.9. Códigos de Conduta e Certificação;		
5. <u>Os Direitos dos titulares dos dados</u>	6 horas	19/12 a 20/12
5.1. Direito à informação;		19/12
5.2. Direito à retificação;		
5.3. Direito ao apagamento ou ao esquecimento;		
5.4. Direito à limitação do tratamento;		
5.5. Direito à portabilidade dos dados;		20/12
5.6. Direito de oposição		
6. <u>Defesa dos direitos dos titulares dos dados</u>	2 horas	20/12
6.1. Direito a reclamar perante a autoridade de supervisão;		
6.2. Direito à tutela jurisdicional efetiva;		
6.3. Responsabilidade civil e o direito de indemnização;		
6.4. Sanções;		



7. <u>Entidades de supervisão</u>	2 horas	21/12
7.1. Independência;		
7.2. Competência e poderes;		
7.3. Cooperação;		
7.4. Comité Europeu da Proteção de Dados;		
7.5. O mecanismo de consistência do RGPD;		
7.6. A Comissão Nacional de Proteção de Dados (CNPd);		
8. <u>Avaliação (do Formando e do Formador/Ação de Formação)</u>	2 horas	21/12
Total	40 horas	10 a 21 de dezembro

Bibliografia

1. *Handbook on European data protection law – 2018 Edition*. Disponível em: http://fra.europa.eu/sites/default/files/fra_uploads/fra-coe-edps-2018-handbook-data-protection_en.pdf;
2. Directiva 95/46/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 24 de Outubro de 1995, relativa à protecção das pessoas singulares no que diz respeito ao tratamento de dados pessoais e à livre circulação desses dados, disponível em: <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/?uri=celex%3A31995L0046>.
3. Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho de 27 de abril de 2016 relativo à proteção das pessoas singulares no que diz respeito ao tratamento de dados pessoais e à livre circulação desses dados e que revoga a Diretiva 95/46/CE (Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados), disponível em: <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/PDF/?uri=OJ:L:2016:119:FULL&from=EN>